

12/12/2002



Exmo. Senhor
Presidente da
Assembleia da República

REQUERIMENTO Nº 1438/IX (1ª) - AC

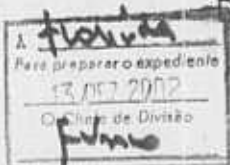
Assunto: **Validação técnica de projectos de maior relevância económica e social ou tecnicamente complexas**

Na sequência dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito aos Actos do Governo e da Administração do Metropolitano de Lisboa, EP, relativamente às obras da nova linha sob o Terreiro do Paço em Lisboa, foi possível conhecer em despacho do então Ministro do Equipamento Social do dia 16 de Agosto de 2000 onde se determinava: ...*"Em face do exposto, determino que, nas obras públicas que possuem maior relevância económica ou social ou nas tecnicamente mais complexas devem as entidades por elas responsáveis quando dependentes, ou tuteladas pelo Ministério do Equipamento Social, proceder à validação técnica dos projectos respectivos:*

- a) Mediante a revisão e verificação dos mesmos por parte de entidades independentes das entidades projectistas;*
- b) Sempre que tal seja considerado necessário poderão tais entidades responsáveis pelos empreendimentos nomear auditorias de projecto para efeitos da sua avaliação bem como do acompanhamento do respectivo desenvolvimento, ou de alguma das suas fases.*

Os serviços relativos à validação dos documentos (estudo prévio ou, eventualmente, projecto base) correspondentes à fase de planeamento e concepção, bem como do projecto de execução serão adjudicados, em cada caso, sempre que não possam ser efectuados por entidades ou serviços públicos disponíveis para esse fim."



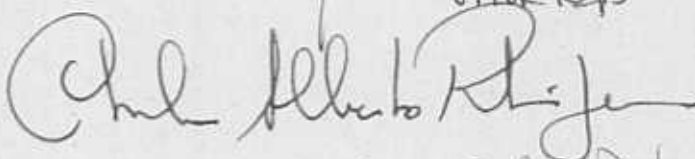
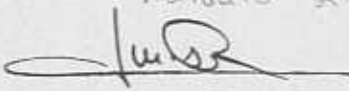
Considerando os objectivos e as circunstâncias que levaram à elaboração deste despacho, os deputados abaixo assinados requerem ao Governo através do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, ao abrigo do disposto no Regimento da Assembleia da República e do Estatuto dos Deputados que preste os seguintes esclarecimentos com urgência:



1. A que projectos foi este Despacho aplicado após o dia 16 de Agosto de 2000?
2. Este despacho ainda está em vigor pelo MOPTH?

Palácio de S. Bento, 11 de Dezembro de 2002

Os Deputados



VÍTOR REIS

António Luís Costa
António Luís Costa

Luís Rodrigues